

REPÚBLICA DE CABO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL DO SAL

CONTA GERÊNCIA 2013

Março 2013

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO 1

II - RESULTADOS DA GERÊNCIA 8

III - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 9

3. 1. – APRECIAÇÕES GERAIS..... 9

3. 2. – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS 9

3. 3. – RECEITAS 10

3. 4. – DESPESAS 11

3. 5. – ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO 12

3. 6. - DOS RECURSOS CONSIGNADOS (FUNDOS EXTRA-MUNICIPAIS) 12

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS 13

V – ANEXOS (QUADROS E GRÁFICOS) 15

RELATÓRIO SOBRE A CONTA DE GERÊNCIA DE 2013

I – INTRODUÇÃO

A conta de gerência de 2013 é a segunda do exercício deste terceiro mandato que vai decorrendo numa conjuntura continuada de cíclica contingência, desde 2008, que vem marcando o âmbito, o contexto, as previsões, as metas e os resultados da execução orçamental e, consequente e necessariamente, a restrição nas receitas arrecadadas e a ponderação nas despesas realizadas, desde essa altura.

Assim, ao se apresentar as contas de gerência do ano anterior, numa primeira etapa, ao controlo político da Assembleia Municipal e, na etapa seguinte, ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas, os seus resultados muito dificilmente deixariam de reflectir a conjuntura da execução orçamental que voltou a influenciar todo o seu contexto e a condicionar toda a sua gestão.

Concomitantemente, o relatório de execução orçamental, que identifica as principais restrições orçamentais deparadas no processo de cobrança das receitas municipais e explicita as ponderações que se tornaram imprescindíveis na realização das despesas, é a peça essencial da Conta de Gerência de 2013, na conformidade dos fundamentos, em que a conjuntura e o contexto obrigaram a alicerçar a gestão deste exercício.

É assim que o exercício económico de 2013 ficou condicionado por uma arrecadação global de **receitas** municipais das mais baixas dos últimos seis anos, conforme mais adiante se vai demonstrar, que, necessariamente, influenciou a estratégia estabelecida para a continuidade do processo de desenvolvimento do Sal, sustentada na visão **"Construindo cidades para as pessoas",** para o período 2012 a 2016.

Assumido como o processo de natureza dinâmica e de tendência evolutiva na perspectiva complementar de **"Construção das cidades"**, que sustentou, como orientação dogmática, o processo de desenvolvimento local relançado em 2004 e as realizações concretizadas no período de 2008 a 2012, a visão **"Construindo cidades para as pessoas"** e a estratégia de **"Confirmação e consolidação das cidades no Sal",** estabelecidas para o ciclo político 2012-2016 para continuidade deste processo, ficaram, como é mais do que evidente, condicionadas pela conjuntura e pelo contexto que indelevelmente mitigaram as expectativas das materializações fixadas para 2013.

Embora a vontade política dos órgãos municipais permaneça inabalável nos seus propósitos, objectivos e determinação, comprovada na ambição, ainda que ponderada, com que os principais instrumentos de gestão de 2012 e 2013 foram elaborados, preparados e aprovados e na dotação do Município do seu principal instrumento de mobilização de recursos - Master Plan de Desenvolvimento do Sal para o período 2012/2016 - os esforços empreendidos e as iniciativas desenvolvidas, no quadro da colaboração institucional, cooperação descentralizada e relações

institucionais e internacionais, bilaterais e multilaterais, não trouxeram ainda os resultados esperados para fazer face à restrição conjuntural, contextual e circunstancial para arrecadação de receitas municipais, imprescindíveis à continuidade do desenvolvimento do Sal.

Com efeito, os recursos mobilizados fora do quadro legalmente tipificado como receitas municipais foram pouco significativos, senão residuais, e não tiveram grande expressão para as principais realizações fixadas no PIM de 2013, circunscrevendo-se a compensação paga pela Associação Internacional de Federações de Atletismo ao Município pelo grande investimento realizado na pista de Tartan, no montante de 3.900.000$00 e a comparticipação de 1.653.974$00 da Associação Italiana – ETLISIND, no financiamento do Jardim Infantil de Chã de Matias.

Nesta conformidade e no decorrer do exercício de 2013, o Município só pôde contar, na sua quase totalidade, com as receitas mobilizadas e arrecadadas de âmbito estritamente municipais e estas foram liminarmente insuficientes para as necessidades do financiamento para a continuidade do desenvolvimento local, na expectativa pretendida pelos instrumentos de gestão municipal, já que a conjuntura se agudizou, o contexto se agravou e as circunstâncias se extravasaram, decorrentes de novos elementos que fizeram evoluir os efeitos de contingência.

Recorde-se que o orçamento municipal para o ano 2013 foi aprovado na conjuntura económica, reconhecida nos fundamentos da sua proposta, que continuava a marcar a ilha do Sal como um dos destinos turísticos mais procurados de Cabo Verde, com efeitos, tanto nos serviços, como na imobiliária turística, que seria aprofundada com o agravamento fiscal em sede do IVA que recaiu, não só sobre o sector do turismo, como também nos bens essenciais, como a electricidade, a água e os telefones, entre outros.

Por outro lado, os Municípios do País, particularmente os que têm, no IUP – Transmissões, a sua principal fonte de financiamento, viram os efeitos persistentes da crise conjuntural, que vinham restringindo a entrada de receitas municipais com a acentuada queda das transacções imobiliárias, crescer, quando se tornou pública, no último trimestre de 2013, a medida, drástica, avulsa e unilateral, tendente a redução da taxa do IUP de 3% para 1,5%, o que acabou também por contribuir para a diminuição significativa das receitas municipais cobradas, neste exercício.

Independentemente de que as consequências desta medida se farão sentir, com intensidade acrescida, na arrecadação das receitas municipais em 2014, os seus efeitos propulsores iniciaram-se ainda em 2013, já que as transacções imobiliárias que deveriam ser realizadas, no último trimestre de 2013, foram imediatamente adiadas para 2014, na perspectiva do imposto a pagar vir a sofrer uma baixa de 50%, o que se entende como legítimo do ponto de vista dos contribuintes, mas desastroso para as finanças municipais que sentiram os seus efeitos, na antecipação da sua aprovação.

Decorre destes factos que a execução orçamental de 2013 assenta, pois, não só na conjuntura cíclica determinada pela crise económica que afecta particularmente a

imobiliária turística e a prestação de serviços no sector do turismo nesta Ilha, desde 2008, mas também no contexto dos seus efeitos e dos do agravamento da carga fiscal em sede do IVA e ainda na circunstância influenciada pela perspectiva de redução da taxa do IUP de 3% para 1,5%, sendo estes os principais factores que condicionaram a receita municipal arrecadada em 2013.

Ora, o orçamento do Município do Sal para 2013 apresentava inicialmente uma previsão para cobrança de receitas de 804.922.839$00, sendo esta a mais baixa previsão das receitas municipais dos últimos seis anos que seria posteriormente alterada para 613.680.200$0, uma revisão em baixa de 23,76%, correspondente a uma queda das previsões de receitas de 191.242.639$00.

Tratou-se de uma decisão tomada em sede da aprovação do orçamento rectificativo, determinado pela conjuntura que não se evoluiu no decorrer do ano, pelo contexto dos seus efeitos e pelas circunstâncias que surgiram durante a execução orçamental, com as cobranças realizadas a atingir, no final deste exercício, o montante de 522.689.186$00, que representa a baixa arrecadação de recursos municipais dos últimos seis anos, como consta do quadro 1:

Quadro 1 - Receitas previstas, rectificadas e cobradas nos últimos seis anos

	Receitas orçamentadas			% do orçamento	
	Previstas	**Rectificadas**	**Cobradas**	**Inicial**	**Alterado**
2008	1.024.951.320,00		630.201.550,00	61,49%	61,49%
2009	874.500.000,00		550.727.493,00	62,98%	62,98%
2010	1.257.300.000,00	1.257.300.000,00	986.780.976,00	78,48%	78,48%
2011	1.240.700.000,00		960.973.940,00	77,45%	77,45%
2012	931.710.000,00		664.935.713,00	71,37%	71,37%
2013	804.922.839,00	613.680.200,00	**522.689.186,00**	**64,94%**	85,17%

Esta acentuada revisão em baixa de 23,76% para a previsão das receitas municipais para o ano de 2013 era justificada, na proposta do orçamento rectificativo, em grande parte dos seus fundamentos, pela revisão também em baixa da previsão fixada para o IUP de 410.918.524$00 para 335.918.524$00, **"devido às consequências nefastas do arrefecimento da economia e que se fazem sentir fortemente na actividade imobiliária turística, em conformidade com os dados da evolução da cobrança desta receita que comprova a necessidade"** desta rectificação.

Não se infere deste facto que as previsões das receitas do IUP para 2013 tenham sido feitas sem quaisquer critérios, pois, embora a cobrança do IUP – Transmissões seja de natureza aleatória(eventual) ou conjuntural e os empreendimentos imobiliários construídos e prontos para alienação sejam públicos e notórios, constituindo, assim, factos geradores de receitas municipais em sede deste imposto, as dotações orçamentais são sempre estabelecidas sob elementos de ponderação e cautela.

Aliás, o quadro 2 das receitas arrecadadas nos últimos seis anos em sede do IUP demonstra que a previsão inicialmente estabelecida e a rectificada, numa perspectiva de evolução da conjuntura, perante outras circunstâncias que não as verificadas durante a execução orçamental e num contexto diferente em que a alteração da taxa do IUP não se colocasse, poderiam ser perfeitamente exequíveis:

Quadro 2 – Receitas cobradas do IUP (Transmissões e predial) últimos seis anos

Ano	Previsão	Rectificação	IUP cobrado	Receitas cobradas	Cobertura
2008	50.000.000,00	50.000.000,00	**102.028.198,00**	630.201.550,00	16,19%
2009	70.000.000,00	70.000.000,00	**151.840.419,00**	550.727.493,00	27,57%
2010	285.000.000,00	285.000.000,00	**243.746.609,00**	986.780.976,00	24,70%
2011	430.000.000,00	430.000.000,00	**392.077.753,00**	960.973.940,00	40,80%
2012	250.000.000,00	250.000.000,00	**372.051.639,00**	664.935.713,00	55,95%
2013	410.918.524,00	335.987.524,00	**192.252.288,00**	**522.689.186,00**	36,78%

Com efeito, apesar da crise despoletada em 2008, a cobrança do IUP vinha evoluindo positivamente, com um incremento significativamente acentuado a partir de 2010, como demonstra o quadro 2, justificada porque os principais empreendimentos imobiliários turísticos ficaram concluídos a partir deste ano, embora as transacções tenham ficado aquém das mais negativas perspectivas perante a actual situação, razão pela qual se pode inferir que a previsão estabelecida para a cobrança para 2013 era mais do que exequível, apesar da natureza imprevisível da cobrança da sua componente fundamental, o IUP Transmissões.

Deve-se ter em conta que o IUP passou a ser, desde o ano de 2010, como demonstra o quadro 3, a principal receita municipal e, por arrastamento, a principal fonte de financiamento do Município, sendo certo que, neste contexto, a restrição na mobilização ou cobrança desta receita põe em causa o Programa de Investimentos municipais e não deixa de influenciar na satisfação das despesas do funcionamento corrente do Município.

Quadro 3 - Principais receitas municipais arrecadadas que, nos últimos cinco anos, ultrapassaram os 10.000 contos

Receitas principais	2008	2009	2010	2011	2012
Imposto – IUP global	102.028.198	151.840.419	243.746.609	392.077.753	372.051.639
Serviços de obra	13.838.583	9.285.011	13.664.679	6.197.542	8.977.977
Serviços de secretaria	5.175.791	10.272.057	19.556.096	10.727.516	5.959.861
Recursos naturais (Ter)	134.220.201	163.342.451	206.020.168	101.937.663	62.130.243
Transferências (FEF)	67.833.147	79.890.898	87.987.011	87.987.012	87.987.011
Empresas municipais	18.258.947	19.350.000	19.324.525	19.167.211	18.750.000
Saneamento	736.660	5.025.092	28.991.248	38.219.505	35.709.481

É, pois, nesta conjuntura, contexto e circunstâncias que as cobranças realizadas, no exercício de 2013, totalizaram **522.689.186$00**, correspondendo apenas a 64,94% da previsão orçamental inicial de 804.922.839$00, 85,17% do orçamento rectificativo de 613.680.200$00 e uma queda de 27,12% em relação a cobrança de 2012, sendo que, deste montante, as receitas efectivamente arrecadadas totalizam apenas 445.548.985$00, já que a execução orçamental enquadra a diferença, como a soma das dotações decorrentes dos activos financeiros com 15.044.666$00 (Saldo de encerramento) e passivos financeiros com 62.095.535$00 (Empréstimos concretizados).

Para esta cobrança, na sua forma mitigada decorrente dos efeitos da conjuntura, contexto e circunstâncias, contribuiu a queda na arrecadação do IUP que, de uma previsão inicial de 410.918.524$00, rectificada em revisão em baixa para 335.918.524$00, atingiu, no final do exercício, a módica e insuficiente cobrança, enquanto principal fonte de financiamento do Município do Sal, de apenas 192.252.288$00, ou seja, 46,79%da sua previsão inicial, 57,23% da sua previsão rectificada, 31,33% do orçamento rectificado e 36,78% das cobranças, ficando em 51,67% aquém da cobrança verificada em 2012.

O facto preocupante é que, no seu desdobramento, o IUP apresenta, na sua componente IUP – Prédios, uma cobrança correspondente a aproximadamente 100.000.000$00, enquanto o IUP transmissões fica pelos **92.252.288,00**, assumindo, pois, neste exercício, a mais baixa cobrança dos últimos seis anos e, pior ainda, sendo ultrapassado, pela primeira vez, pelo IUP anual sobre Prédios, como se pode constatar do quadro 4.

Quadro 4 - Cobrança do IUP prédios e transmissões nos últimos seis anos

Ano	IUP- Transmissões	IUP - Prédios	IUP Global	Receitas ano	% Orçamento
2008			**102,028,198.00**	630,201,550.00	16.19%
2009			**151,840,419.00**	550,727,493.00	27.57%
2010	193,265,366.00	50,481,243.00	**243,746,609.00**	986,780,976.00	24.70%
2011	329,530,801.00	62,546,952.00	**392,077,753.00**	960,973,940.00	40.80%
2012	299,150,765.00	72,900,874.00	**372,051,639.00**	664,935,713.00	55.95%
2013	92,252,288.00	100,000,000.00	**192,252,288.00**	522,689,186.00	36.78%

Apesar disso, o IUP (Transmissões e Anual sobre Prédios) continuou a ser em 2013 a principal fonte de financiamento orçamental, pois, desempenha o papel de receita principal do orçamento, uma vez que as outras receitas de expressão significativa foram, na ordem decrescente da execução orçamental deste exercício, o FEF, em que a arrecadação foi de 96.372.487$00 que advém de uma previsão rectificada em alta de 87.987.012$00 para 96.492.372$00, atingindo assim 99,88% da previsão rectificada, enquadrada na dotação 01.03 de Transferências.

Entre estas receitas arrecadadas em 2013 com expressão significativa e cujos montantes sejam superiores a 10.000.000$00, estão também as cobranças de 44.239.375$00 e de 18.998.663$00, o primeiro arrecadado em sede de Resíduos Sólidos Urbanos (embora esteja prevista no Orçamento uma rúbrica com esta designação, por não ser possível a desagregação com base no novo classificador, não foi exequível a parametrização da mesma, e, consequentemente, a contabilização da sua execução, pelo que, as receitas foram registadas na rúbrica Outros) e o segundo com origem no pagamento de Dividendos pela participação do Município no capital social da Fábrica de Tabacos, que se destacam na rúbrica principal de **Outras Receitas** e ainda a cobrança de 42.192.016$00 proveniente de Terrenos Públicos, integrado na rubrica de **Activos Não Financeiros**.

Assinala-se que o orçamento para 2013 foi elaborado sob os auspícios do novo classificador orçamental, aprovado pelo Decreto-Lei nº 37/2011 de 30 de Dezembro, que, pela sua aplicação, determina que as receitas podem não ser iguais às despesas, quando uma das suas partes advém de créditos municipais que integram o déficit orçamental e o serviço da dívida, sendo que o orçamento municipal desde 2013 passou a estar estruturado na componente Impostos, Transferências, Outras Receitas e Activos Não Financeiros.

Nesta conformidade, a execução orçamental de 2013 apresenta, na arrecadação de receitas em sede de Impostos, o montante global de 197.335.788$00 que integra o IUP – Transmissões e IUP Anual Sobre Prédios, diluídos nos mesmos lançamentos, e o Imposto de Circulação de Veículos Automóveis, as Transferências com o montante arrecadado de 97.824.987$00, em que se destaca o FEF, Outras Receitas com 108.196.193$00 das quais já se realçou duas componentes desta rubrica e os Activos Financeiros com uma cobrança de 42.192.017$00, apurada em sede de Terrenos Públicos, totalizando o montante de receitas municipais de 445.548.985$00.

Resulta destes elementos que a cobrança verificada em 2013 de 522.689.186$00 resulta da soma das receitas municipais cobradas de 445.548.985$00, os Activos Não Financeiros de 15.044.666$00, apurados em sede dos saldos orçamentais do exercício de 2012 que transitaram para 2013, e os Passivos Financeiros de 2013 resultantes do crédito de curto-prazo de 10.000.000$00 para suprir dificuldades de Tesouraria e do crédito de médio prazo de 52.095.535$00, contraído junto da CECV para a Habitação Social e Requalificação Urbana.

Partindo, pois, da cobrança efectiva de receitas municipais de apenas 445.548.985$00, chega-se a conclusão que a execução orçamental no lado das receitas cobriu uma realização de 72,60%, embora, na cobrança global que integra os activos e passivos financeiros, a realização seja de 85,17%, dados que não permitem que, apesar da conjuntura, contexto e circunstâncias, o balanço seja considerado negativo.

Relativamente às **despesas**, deve-se assinalar que a evolução da conjuntura, o agravamento do contexto e a especificidade das circunstâncias atrás descritas

condicionaram, não apenas a execução orçamental do ponto de vista da arrecadação das receitas, como também a sua gestão relativamente à realização das despesas.

Assim, a execução orçamental das despesas ocorreu sob fortes condicionalismos da ponderação e da cautela, tanto no que se refere ao programa de investimentos municipais, como também na realização das despesas correntes do funcionamento do Município, seus órgãos e seus serviços.

Deve-se ter em conta que, embora o orçamento inicial de 2013 apresentava uma previsão de receitas igual à previsão de despesas, apesar de contemplar um d*eficit* global de 102.440.000$00, correspondente a necessidade do financiamento líquido de 68.472.206$00 e o pagamento previsto para o serviço da dívida de 33.927.794$00, o orçamento rectificativo indicava uma previsão de receitas de 613.680.200$00 para uma despesa de 672.834.000$00.

Constata-se que as despesas realizadas atingiram o montante global de 521.864.398$00, devendo ser realçado que os encargos de funcionamento de todas as estruturas municipais ficaram aquém das previsões rectificadas, à semelhança do que aconteceu com o Plano de Investimentos Municipais, cuja realização também não ultrapassou a dotação rectificada.

Esta constatação resulta dos elementos de ponderação e de cautela estabelecidos para a realização das despesas de modo a que, da sua aplicação como condicionalismos da gestão, pudessem corresponder às expectativas mitigadas na cobrança de receitas que determinaram que a execução das despesas ficasse por uma taxa de 77,56% do orçamento rectificativo.

O Programa do Investimento Municipal, que no orçamento rectificativo baixou de 275.809.200$00 para 200.618.200$00, contou com uma realização de 126.395.379$00 que representa uma realização de 63,00%.

Apesar da conjuntura, contexto e circunstância, o Município pôde corresponder aos seus compromissos, pagando atempadamente os salários e as contribuições para a segurança social e cumprindo as obrigações fiscais e ainda corresponder ao serviço da dívida pública municipal que, nas amortizações, atingiu o montante de 30.982.354$00 (e, nos juros, o valor de 18.557.629$00, totalizando a importância de 43.708.999$00.

Importa assinalar que a dívida pública municipal que, no final de 2012, era de 216.430.386$00, subiu para 268.525.921$00, um incremento de 24,07%, correspondente ao empréstimo contraído em 2013 de 52.095.535$00, mas mantém-se nos limites estabelecidos pela Lei, já que os encargos dela decorrentes não ultrapassaram 15% das receitas correntes, que em 2013 foram de 507.644.520$00, e nem 25% do valor dos investimentos realizados no Município no ano anterior, que foram de 209.367.052$00, como impõe o artigo 8º da Lei das Finanças Locais (Lei nº 79/VI/2005, de 5 de Setembro).

As despesas com o pessoal atingiram 165.258.933$00 ficando aquém do limite estabelecido, também, na Lei das Finanças Locais.

Estes são, pois, os resultados gerais da execução orçamental de 2013 que corresponde ao esforço conjugado dos órgãos municipais que, na evolução da conjuntura, na contingência do contexto e na especificidade das circunstâncias descritas neste relatório, continuaram com a mesma determinação no cumprimento da missão de serviço púbico que tentaram corresponder no respeito pela legalidade instituída e na assunção das competências que, por Lei, lhes são asseguradas.

Assim, nas condições concretas descritas neste relatório, entende-se que o resultado da execução ora apresentado, deve-se ao empenho e ao esforço conjugado e partilhado dos membros dos órgãos municipais, mas também dos responsáveis das estruturas municipais que só não determinaram uma melhor realização porque a situação económica, a conjuntura, o contexto e as circunstâncias não permitiram.

Deste modo, em cumprimento do estabelecido na Lei nº 79/VI/2005, de 5 de Setembro, que aprovou o novo regime das Finanças Locais, elabora-se o presente relatório com o objectivo de explanar os resultados da Gerência do ano de 2013, provenientes da execução do Orçamento deste exercício, de acordo com os requisitos exigidos, no diploma, atrás referido.

Concretizada a análise e aprovada pela Câmara Municipal na sua Sessão ordinária do dia 08 de Abril de 2014, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, nomeadamente o estabelecido no Estatuto dos Municípios e na Lei das Finanças Locais em vigor (Lei n.º 79/VI/2005, de 5 de Setembro de 2005), submete-se, agora, a Conta de Gerência de 2013 à apreciação da Assembleia Municipal e, por imperativo da Lei, posteriormente, a julgamento do Tribunal de Contas.

II - RESULTADOS DA GERÊNCIA

Saldo da gerência anterior: … … … … … … … … … … …	**15.044.666$00**
Receitas arrecadadas: … … … … … … … … … … … … … … …	**507.644.520$$00**
Total: …	**522.689.186$00**
Despesas pagas: … … … … … … … … … … … … … … … … …	**521.864.398$00**
Saldo que passa para a gerência seguinte: … … … … …	**875.375$00**
Total: …	**522.689.186$00**

III - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3. 1. – APRECIAÇÕES GERAIS

Na execução orçamental global, durante a gerência de 2013, verificamos que, da previsão feita, tanto as receitas como as despesas ficaram abaixo dos valores previstos, como demonstra o quadro abaixo indicado:

	Previsão Corrigida	Realizada	Variação	Taxa Execução
RECEITA	**613.680.200$0**	**522.689.186$0**	**90.991.014$0**	**85,17%**
DESPESA	**672.834.000$0**	**521.864.398$0**	**150.969.602$0**	**77,56%**

Para melhor entendimento e análise da conta de gerência, ressaltam-se, neste relatório, certos aspectos referentes a determinadas rúbricas específicas, bem como, alguns quadros elucidativos, anexos (I, II, III, IV, V e VI) a este relatório, como complemento da informação constante nos Mapas Modelo, elaborados, em conformidade com as instruções emanadas pelo Tribunal de Contas, na resolução nº 6 /2011, de 19 de Outubro, do Tribunal de Contas, publicada no B. O. Nº 26, II Série, de 19 de Abril de 2012.

3. 2. – ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

O **Quadro II**, em anexo, demonstra as alterações orçamentais levadas a cabo, através do orçamento rectificativo aprovado no decorrer do ano de 2013, ao abrigo art.º 46.º, Lei n.º 79/VI/2005, de 5 de Setembro de 2005, que estabelece o regime das finanças locais, por se ter mostrado necessário, a reestruturação do orçamento conforme instruções do MAHOT, contidas no novo classificador, a reformulação do Programa de Investimentos com o enquadramento de novos projectos e de determinadas despesas e a reformulação das previsões iniciais de receitas, considerando o ambiente desfavorável de negócio verificados nos primeiros seis meses da gerência em apreço.

A aprovação do orçamento rectificativo, ditou na reorganização e nova composição do orçamento de 2013, conforme o indicado no quadro abaixo:

Designação	Previsão Inicial	Inscrições e Reforços	Anulações	Previsão Corrigida
Assembleia Municipal	9.013.234,00	0,00	402.260,00	8.610.974,00
Gabinete do Presidente	15.400.388,00	0,00	0,00	15.400.388,00
Gabinete dos Vereadores	15.823.289,00	1.164.000,00	0,00	16.987.289,00
Gabinete de Estudos e Des Municipal	4.052.375,00	2.380.236,00	1.426.236,00	5.006.375,00
Secretaria Geral	355.155.266,00	24.828.039,00	70.040.862,00	309.942.443,00
Gabinete Técnico Municipal	105.213.126,00	12.369.124,00	31.428.532,00	86.153.718,00
Delegação Municipal de Santa Maria	24.455.961,00	11.346.336,00	5.687.684,00	30.114.613,00
Investimento	275.809.200,00	110.108.974,00	185.299.974,00	200.618.200,00
Soma:… … … … … …	804.922.839,00	162.196.709,00	294.285.548,00	672.834.000,00

O orçamento inicialmente aprovado passa de **804.922.839$00**, para **672.834.000$00**, no rectificativo, com uma diferença para menos de **132.088.839$00,** correspondente a uma percentagem de **16,41%.**

3. 3. - RECEITAS

Receitas arrecadadas

As receitas arrecadadas na gerência de 2013, incluindo os empréstimos obtidos e o saldo da gerência anterior, alcançaram o valor de **522.689.186$00,** atingindo assim, uma performance de **85,17**% da materialização, em relação à previsão baseada no orçamento rectificativo. (ver Quadro **I,** em anexo).

As receitas, efectivamente, cobradas (excluindo destas o saldo orçamental e os empréstimos), atingiram os **445.548.985$00, o que comprova uma quebra de 185.947.941$00,** na actual gerência, em relação à anterior, conforme se espelha abaixo:

Receitas efectivamente cobradas, em 2013 (exc. Empréstimo e saldo ger. ant.)	**445.548.985$00**
Receitas efectivamente cobradas, em 2012 (exc. Empréstimo e saldo ger. ant.)	**631.496.926$00**
Diferença: …….	**-186.947.941,00**

De uma análse detalhada da execução, pode-se confirmar que, apesar de algumas receitas não terem atingido os valores inicialmente previstos, outras excederam a totalidade da sua previsão, conforme se indica no **mapa modelo nº 3**, em anexo. **Das rubricas de receitas que tiveram maior destaque em 2013, citam-se as seguintes:**

Imposto Único sobre o Património – Este imposto continua a merecer algum destaque, apesar de ter sofrido uma descida considerável de ***372.051.639$09***, no ano anterior, para ***192.252.288,00***, no presente ano.

Contrariamente ao que aconteceu no ano transacto, neste ano, as transmissões de imóveis nos empreendimentos turísticos, Tortuga Beach Resort, Dunas Beach, Paradise Beach e Vila Verde Resort, foram bastante reduzidas, contrariando, assim, a tendência dos três anos anteriores, contribuindo, desta forma, para uma descida drástica das receitas deste imposto.

Terrenos e Recursos Naturais – Num contexto bastante adverso devido à crise que afecta o sector imobiliário e a gestão fundiária, no que tange à venda de terrenos, esta rúbrica não alcançou o valor previsto, que era, de ***50.000 contos***, mas continua a ter algum destaque, tendo atingido a cifra de ***42.192.017$00,*** mantendo-se, assim, como uma das maiores fontes de receitas do município.

3. 4. - DESPESAS

Despesas pagas

Verifica-se, no **mapa modelo nº 4** que, na gerência de 2013, as despesas pagas, atingiram o valor de ***521.864.398$00,*** (quinhentos e vinte e um milhões, oitocentos e sessenta quatro mil, trezentos e noventa e oito escudos), sendo inferiores aos quantitativos das previsões em ***150.969.602$00*** (cento e cinquenta milhões, nocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dois escudos).

A execução das despesas no exercício de 2013, é demonstrada nos **Quadros I e V, anexos**, de forma discriminada nos centros de custos correspondentes, tendo atingido uma percentagem de **77,56%.**

Comparativamente ao ano de 2012, registou-se uma redução no volume das despesas, efectivamente pagas, em cerca de **128.026.650$00,** equivalente a **19,70%** (Ver **Quadro VI**, em anexo)

As **despesas de funcionamento** atingiram o valor de **395.469.019$00** e traduz-se no pagamento de despesas com o pessoal, serviços diversos resultantes de contratos, designadamente serviço de limpeza pública, fornecimento de água e energia, comunicações, combustíveis e lubrificantes, seguros, consumíveis diversos, despesas bancárias (juros e comissões), apoios a carenciados, despesas com a realização de actividades educativas, recreativas, culturais e desportivas e demais despesas, de âmbito geral.

Despesas de Investimento

O valor dos investimentos públicos atinge a cifra de **126.395.379$00, (cento e vinte e seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e nove escudos)**, equivalentes a 63,00% do investimento previsto, e 24,22% do orçamento rectificativo executado, conforme demonstra os mapas 4 da Conta de Gerencia e o Quadro **V**, em anexo.

Os investimentos executados durante o ano económico de 2013, traduzem-se na materialização de programas fulcrais para a vida do município, destacando-se o Programa de Infraestruturação Urbana das Cidades e o Programa de Desporto.

3. 5. – ENDIVIDAMENTO DO MUNICIPIO

Para financiar várias actividades levadas a cabo durante a gerência e, de modo a complementar as receitas arrecadadas, a Câmara Municipal recorreu ao crédito bancário, tendo contraído dois empréstimos, sendo um de **curto prazo**, no valor de **10.000.000$00**, para fazer face a dificuldades de tesouraria e outro de médio/longo prazo, no valor de **92.400.000$00**, apesar de, neste último caso, ter usufruído, na presente gerência, apenas do valor de **52.095.535$00, previsto no orçamento inicial aprovado**. O valor realizado foi aplicado, essencialmente, nas infraesruturas e equipamentos urbanos. A parte restante do financiamento contratado será aplicada, fundamentalmente, em habitações de interesse social, nos próximos dois anos.

Neste contexto, a dívida pública municipal acumula-se em **268.525.921,00**, na presente gerência, conforme indicado no Mapa 8c, das contas, montante esse considerado ainda bastante razoável para este Município.

3. 6. - DOS RECURSOS CONSIGNADOS (FUNDOS EXTRA-MUNICIPAIS)

Durante a gerência de 2013, os fundos extras-municipais realizados, foram afectados exclusivamente em actividades municipais, quando, na altura da elaboração do orçamento não era possível fazer a sua inscrição no Orçamento.

De realçar que, da análise dos modelos nº 13a, 13b e 13c da Conta de Gerência constata-se que o saldo da gerência anterior é de **68.141$00**, as entradas, na presente gerência, são no montante global de **19.304.922$00,** as despesas realizadas totalizam o valor de **19.322.476$00** e o saldo que passa para a gerência seguinte é de **50.587$00**.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução Orçamental do ano de 2013, espelhada neste relatório e mapas que são partes integrantes da presente Conta de Gerência, demonstra que, no decorrer do exercício de 2013, a conjuntura que afecta o País, a sua situação macroeconómica e os constrangimentos deparados ao longo do período, não permitiram que a engenharia financeira, previsivelmente concebida, se concretizasse, tornando-se imperativa a aprovação de um Orçamento Rectifcativo.

Como consequência da conjuntura descrita acima, o Município pôde contar, na sua quase totalidade, apenas com as receitas mobilizadas e arrecadadas de âmbito estritamente municipais, as quais foram, contudo, escassas para fazer face à totalidade das necessidades do financiamento para a continuidade do desenvolvimento local.

Assentada, pois, não só na conjuntura cíclica determinada pela crise económica que afecta particularmente a imobiliária turística e a prestação de serviços no sector do turismo nesta Ilha, desde 2008, mas também no contexto dos seus efeitos e dos do agravamento da carga fiscal em sede do IVA e ainda na circunstância influenciada pela perspectiva de redução da taxa do IUP de 3% para 1,5%, a arrecadação das receitas, em 2013, influenciou, igualmente, a execução orçamental das despesas, a qual ocorreu sob fortes condicionalismos da ponderação e da cautela, tanto no que se refere ao Programa de Investimentos Municipais, como também na realização das despesas correntes do funcionamento do Município, seus órgãos e seus serviços.

Pese embora todos os constrangimentos verificados na materialização do Orçamento para o ano de 2013, o forte empenho da Câmara resultou na realização de grande parte das acções propostas no Plano de Actividades e outras decorrentes das situações verificadas, mas necessariamente complementares, e que se mostraram essenciais para a melhoria continua dos serviços prestados e, consequentemente, da qualidade de vida dos munícipes.

Não podemos concluir este relatório sem deixar de frisar que a decisão do Estado, pela implementação, “apressada”, do novo classificador aprovado pelo Decreto-Lei nº37/2011, de 30 de Dezembro, veio criar vários conflitos nas contas das gerências de 2012 e 2013, fazendo com que estas ficassem desajustadas em relação aos Orçamentos desses mesmos anos, já que muitas dúvidas levantadas à Administração Central, no tocante à elaboração destes dois instrumentos não foram suficientemente esclarecidas.

A implementação do novo classificador e as orientações (verbais) da Administração Central chegam a contradizer a própria Lei das Finanças Locais e a Lei da Contabilidade Municipal, e o exemplo flagrante advém da não introdução no orçamento do Saldo da Gerência e os Empréstimos como receitas municipais, tendo sido a Câmara obrigada a

fazer estes reajustes no Orçamento Rectificativo, enquanto nos mapas de execução orçamental, aparecem como receitas.

É de crucial importância referir, contudo, que, um dia antes da apreciação desta Conta de Gerência, pelo Executivo Câmarário, o Ministério da Tutela (MAHOT), através da sua Direcção Geral da Descentralização e Administração Local, emitiu a Circular nº 01/DGDAL/2014, de 07 de Abril, onde se orientava os Municípios no sentido de enquadrar o Saldo de Gerência na rúbrica 03.02.01.02.01 – "Constituições de depósitos, Certificados de depósito e poupança".

De salientar, igualmente, que o sistema informático ainda não está preparado para responder a essas questões, pelo que, os mapas são feitos, maioritariamente, à mão, já que não tem sido possível extraí-los directamente do sistema. Referimo-nos essencialmente aos modelos de Balancete trimestrais, Modelos 3 e 4, modelo 14, entre outros.

A demora nos fechos dos dias também tem criado enormes constrangimentos; realça-se, por exemplo que, só em finais de Fevereiro, último, é que foi possível concluir os fechos de 2013, e extrair os dados para a elaboração destas contas. Nestas circunstâncias, lamentamos pelo não preenchimento de todas as colunas de alguns mapas, nomeadamente, o modelo 4 das contas, por não ter sido possível obter esses dados do sistema.

Câmara Municipal da Ilha do Sal, na Cidade de Espargos, 08 de Abril de 2014.

O Presidente da Câmara,

/Jorge Eduardo St'Aubin de Figueiredo/

V – ANEXOS
(Quadros e Gráficos)

Municipio do Sal

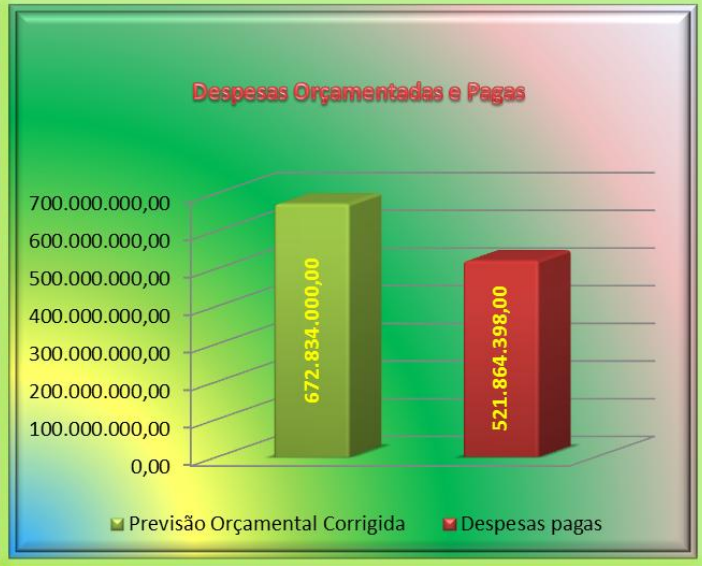
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

QUADRO I

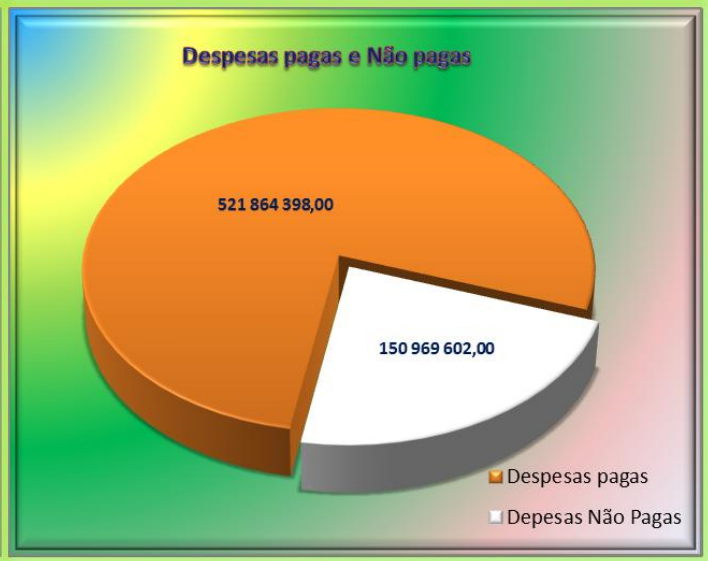
CONFRONTO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS E AS DESPESAS REALIZADAS

Natureza das Receitas e Despesas	Receitas			Despesas		
	Previsão Orçamental	Receitas Cobradas	Receitas Não Cobradas	Previsão Orçamental	Despesas pagas	Depesas Não Pagas
Ordinárias	613.680.200,00	522.689.186,00	-90.991.014,00	672.834.000,00	521.864.398,00	-150.969.602,00
Soma:	**613.680.200,00**	**522.689.186,00**	**90.991.014,00**	**672.834.000,00**	**521.864.398,00**	**150.969.602,00**
Percentagem:		**85,17%**	**14,83%**		**77,56%**	**22,44%**


Receitas Orçamentadas e Cobradas
620.000.000,00
600.000.000,00
580.000.000,00
560.000.000,00
540.000.000,00
520.000.000,00
500.000.000,00
480.000.000,00
460.000.000,00
613.680.200,00
522.689.186,00
Previsão Orçamental Corrigida
Receitas Cobradas


Despesas Orçamentadas e Pagas
700.000.000,00
600.000.000,00
500.000.000,00
400.000.000,00
300.000.000,00
200.000.000,00
100.000.000,00
0,00
672.834.000,00
521.864.398,00
Previsão Orçamental Corrigida
Despesas pagas


Receitas Cobradas e Não Cobradas
Não cobradas;
90 991 014,00
Cobradas;
522 689 186,00
Receitas Cobradas
Receitas Não Cobradas


Despesas pagas e Não pagas
521 864 398,00
150 969 602,00
Despesas pagas
Depesas Não Pagas

Municipio do Sal

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

QUADRO II

ORÇAMENTO RECTIFICATIVO - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS - ANO ECONÓMICO DE 2013
(art.º 46.º, Lei n.º 79/VI/2005, de 5/9)

D E S P E S A

Designaçao	Previsão inicial	Inscrições e reforços	Anulações	Previsão corrigida	Despesas pagas	Diferenças entre as despesas pagas e a previsão corrigida
Assembleia Municipal	9.013.234,00	0,00	402.260,00	8.610.974,00	5.625.300,00	2.985.674,00
Gabinete do Presidente	15.400.388,00	0,00	0,00	15.400.388,00	11.099.072,00	4.301.316,00
Gabinete dos Vereadores	15.823.289,00	1.164.000,00	0,00	16.987.289,00	13.741.252,00	3.246.037,00
Gabinete de Estudos e Des Municipal	4.052.375,00	2.380.236,00	1.426.236,00	5.006.375,00	2.636.070,00	2.370.305,00
Secretaria Geral	355.155.266,00	24.828.039,00	70.040.862,00	309.942.443,00	271.144.681,00	38.797.762,00
Gabinete Técnico Municipal	105.213.126,00	12.369.124,00	31.428.532,00	86.153.718,00	70.230.040,00	15.923.678,00
Delegação Municipal de Santa Maria	24.455.961,00	11.346.336,00	5.687.684,00	30.114.613,00	20.992.604,00	9.122.009,00
Investimento	275.809.200,00	110.108.974,00	185.299.974,00	200.618.200,00	126.395.379,00	74.222.821,00
Soma:...	**804.922.839,00**	**162.196.709,00**	**294.285.548,00**	**672.834.000,00**	**521.864.398,00**	**150.969.602,00**

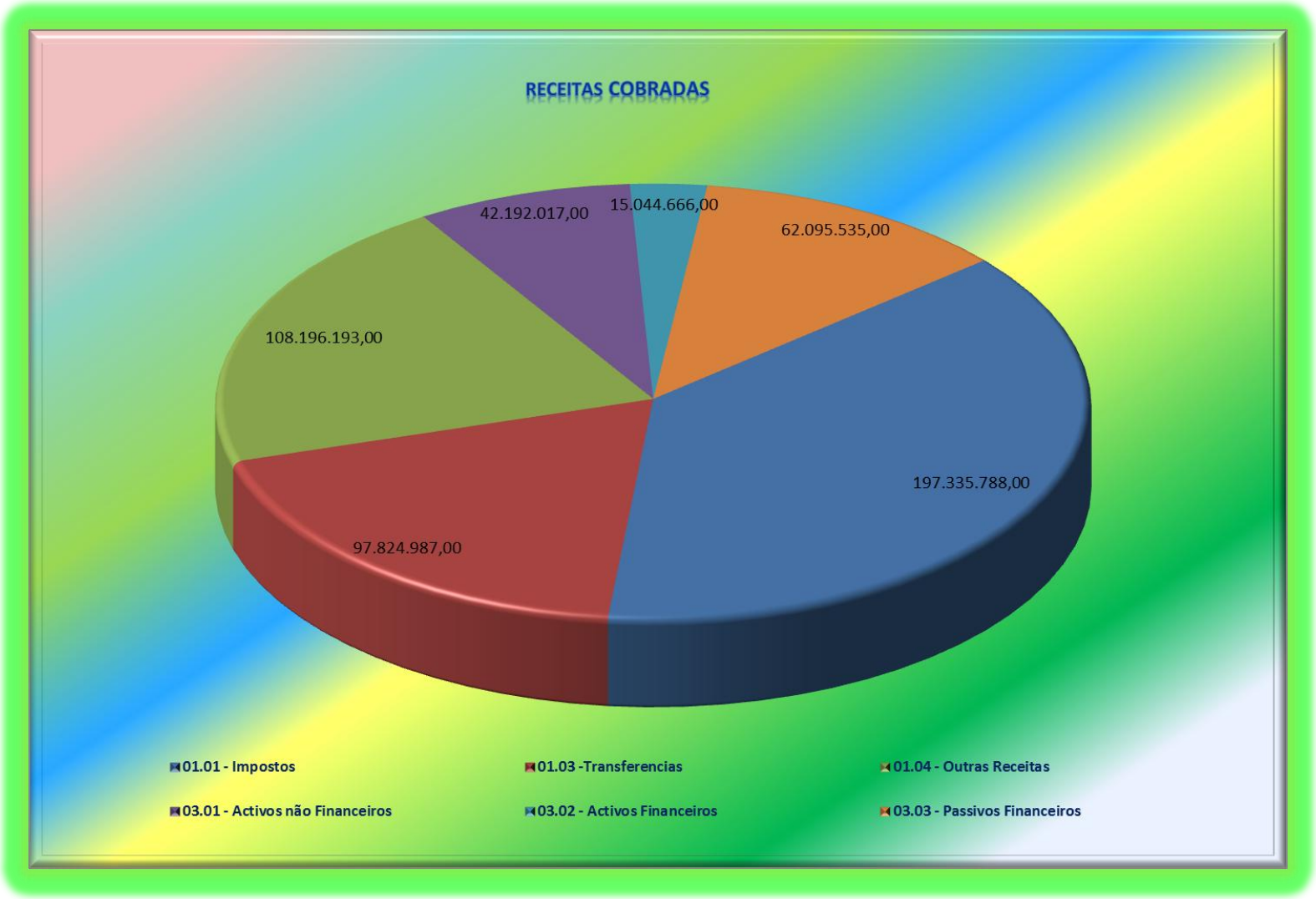
Municipio do Sal

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

QUADRO III
RECEITAS COBRADAS EM CONFRONTO COM AS PREVISÕES ORÇAMENTAIS

Designaçao	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Cobrança	Diferença entre a cobrança e a previsão corrigida
01.01 - Impostos	418.987.958,00	343.987.958,00	197.335.788,00	-146.652.170,00
01.03 -Transferencias	101.089.662,00	99.820.022,00	97.824.987,00	-1.995.035,00
01.04 - Outras Receitas	131.799.143,00	119.603.220,00	108.196.193,00	-11.407.027,00
03.01 - Activos não Financeiros	50.546.076,00	50.269.000,00	42.192.017,00	-8.076.983,00
03.02 - Activos Financeiros	100.000,00	0,00	15.044.666,00	15.044.666,00
03.03 - Passivos Financeiros	102.400.000,00	0,00	62.095.535,00	62.095.535,00
				0,00
Soma:	**804.922.839,00**	**613.680.200,00**	**522.689.186,00**	-90.991.014,00

Diferença percentual: ……	**85,17%**	**-14,83%**


RECEITAS COBRADAS
42.192.017,00
15.044.666,00
62.095.535,00
108.196.193,00
197.335.788,00
97.824.987,00
01.01 - Impostos
01.03 -Transferencias
01.04 - Outras Receitas
03.01 - Activos não Financeiros
03.02 - Activos Financeiros
03.03 - Passivos Financeiros

Municipio do Sal

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

QUADRO IV

MAPA COMPARATIVO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS 2012 E 2013

Designaçao	Ano de 2012	Ano de 2013	Variação
01.01 - Impostos	378.591.335,00	197.335.788,00	-181.255.547,00
01.03 -Transferencias	87.987.011,00	97.824.987,00	9.837.976,00
01.04 - Outras Receitas	117.833.002,00	108.196.193,00	-9.636.809,00
03.01 - Activos não Financeiros	62.130.243,00	42.192.017,00	-19.938.226,00
03.02 - Activos Financeiros	1.291.244,00	15.044.666,00	13.753.422,00
03.03 - Passivos Financeiros	17.102.878,00	62.095.535,00	44.992.657,00
Soma:...	**664.935.713,00**	**522.689.186,00**	**-142.246.527,00**

Diferença percentual: ……..	**-27,21%**


COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS EM 2012 E 2013
400.000.000,00
350.000.000,00
300.000.000,00
250.000.000,00
200.000.000,00
150.000.000,00
100.000.000,00
50.000.000,00
0,00
01.01 - Impostos
01.03 -Transferencias
01.04 - Outras Receitas
03.01 - Activos não Financeiros
03.02 - Activos Financeiros
03.03 - Passivos Financeiros
2012
2013

Municipio do Sal

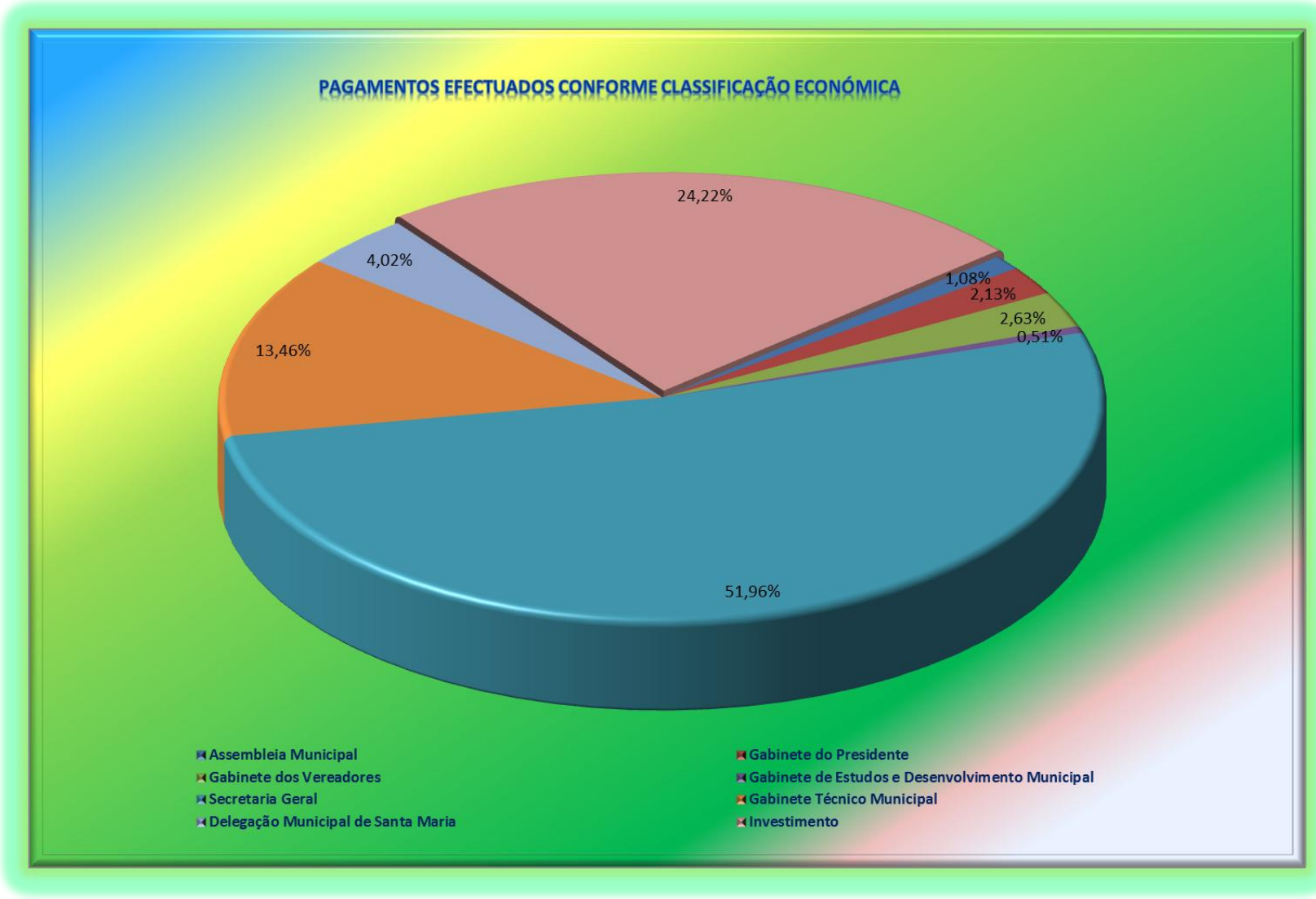
Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

QUADRO V
QUADRO DISCRIMINATIVO DOS PAGAMENTOS EFECTUADOS CONFORME A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Designação	Orçamento corrigido	Despesas pagas	% Parcial*
Assembleia Municipal	8.610.974,00	5.625.300,00	**1,08%**
Gabinete do Presidente	15.400.388,00	11.099.072,00	**2,13%**
Gabinete dos Vereadores	16.987.289,00	13.741.252,00	**2,63%**
Gabinete de Estudos e Desenvolvimento Municipal	5.006.375,00	2.636.070,00	**0,51%**
Secretaria Geral	309.942.443,00	271.144.681,00	**51,96%**
Gabinete Técnico Municipal	86.153.718,00	70.230.040,00	**13,46%**
Delegação Municipal de Santa Maria	30.114.613,00	20.992.604,00	**4,02%**
Investimento	200.618.200,00	126.395.379,00	**24,22%**
Total: …….	**672.834.000,00**	**521.864.398,00**	**100,0%**

Percentagem de execução	**77,56%**

*** Peso em relação às despesas pagas**


PAGAMENTOS EFECTUADOS CONFORME CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA
24,22%
4,02%
1,08%
2,13%
2,63%
0,51%
13,46%
51,96%
Assembleia Municipal
Gabinete do Presidente
Gabinete dos Vereadores
Gabinete de Estudos e Desenvolvimento Municipal
Secretaria Geral
Gabinete Técnico Municipal
Delegação Municipal de Santa Maria
Investimento

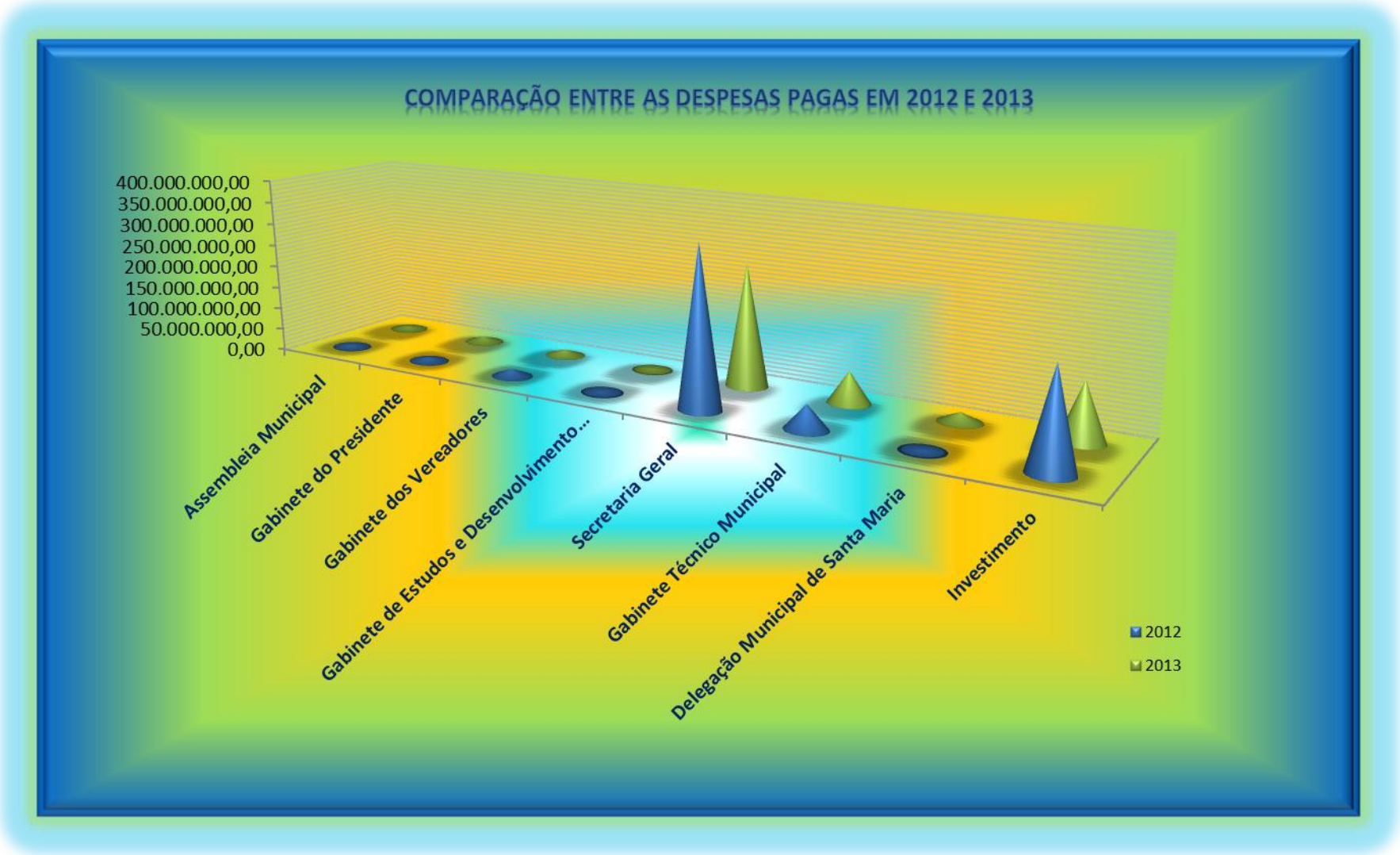
Municipio do Sal

Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

QUADRO VI

MAPA COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS DE 2012 E 2013

Designação	Despesas pagas 2012	Despesas pagas 2013	Variação
Assembleia Municipal	4.840.701,00	5.625.300,00	**784.599,00**
Gabinete do Presidente	8.399.056,00	11.099.072,00	**2.700.016,00**
Gabinete dos Vereadores	16.188.676,00	13.741.252,00	**-2.447.424,00**
Gabinete de Estudos e Desenvolvimento Municipal	3.424.857,00	2.636.070,00	**-788.787,00**
Secretaria Geral	351.128.602,00	271.144.681,00	**-79.983.921,00**
Gabinete Técnico Municipal	53.508.559,00	70.230.040,00	**16.721.481,00**
Delegação Municipal de Santa Maria	3.033.545,00	20.992.604,00	**17.959.059,00**
Investimento	209.367.052,00	126.395.379,00	**-82.971.673,00**
Total: …….	**649.891.048,00**	**521.864.398,00**	**-128.026.650,00**
Percentagem de execução: …			**-24,53%**


COMPARAÇÃO ENTRE AS DESPESAS PAGAS EM 2012 E 2013
400.000.000,00
350.000.000,00
300.000.000,00
250.000.000,00
200.000.000,00
150.000.000,00
100.000.000,00
50.000.000,00
0,00
Assembleia Municipal
Gabinete do Presidente
Gabinete dos Vereadores
Gabinete de Estudos e Desenvolvimento...
Secretaria Geral
Gabinete Técnico Municipal
Delegação Municipal de Santa Maria
Investimento
2012
2013